

Divinópolis/MG, 08 de Novembro de 2018

Sintram convoca assembleia para discutir parcelamento salarial dos servidores municipais de Divinópolis

Prefeitura anuncia o pagamento da segunda parcela dos salários de outubro para 45% dos servidores na próxima segunda-feira

A presidente do Sintram, Luciana Santos, encontrava-se ontem em São Gonçalo do Pará, onde coordena a greve dos professores e comanda as negociações com o Executivo, quando recebeu a informação de que a prefeitura de Divinópolis depositará mais uma parte dos salários dos servidores municipais na próxima segunda-feira, dia 12



A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, convocou uma assembleia para os servidores do quadro geral da prefeitura de Divinópolis, para discutir a volta da política de parcelamento de salários. A assembleia está marcada para o próximo dia 19, às 17h45, e o edital será publicado essa semana.

Depois de ter se comprometido com o Sintram que o pagamento dos salários dos servidores do quadro geral seria efetivado todo quinto dia útil, a prefeitura, que já vem escalonando a folha de pagamento dos professores da rede municipal desde o início do segundo semestre, voltou a parcelar os salários dos servidores do quadro geral.

Na semana passada, a exemplo do que já vem ocorrendo com os professores, a prefeitura informou que os servidores receberiam uma parcela de R\$ 1 mil referentes ao salário de outubro. Na última segunda-feira, a prefeitura depositou esse valor na conta de

todos os servidores e não havia perspectiva de quando pagaria o restante da folha de outubro.

SEGUNDA PARCELA

No final da tarde de ontem, a presidente do Sintram, Luciana Santos, foi comunicada por telefone de que o restante do pagamento será quitado na próxima segunda-feira (12). Segundo a prefeitura, a segunda parte dos salários de outubro será depositada na próxima segunda-feira, “exceto da educação”. Ainda segunda a prefeitura, também na segunda-feira, será efetuado um depósito de R\$ 500 para os servidores da educação ainda referente à folha de setembro.

De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda, os recursos para o pagamento da segunda parcela serão cobertos com os recursos do ICMS repassados pelo Estado. Já os R\$ 500 para os servidores da Educação serão pagos com parte dos recursos do Fundeb depositados na conta do município.

De acordo com nota oficial da prefeitura, “com a segunda parcela para ser quitada, de acordo com os dados da Secretaria Municipal da Fazenda, 45% dos servidores da Prefeitura receberão integralmente o salário até segunda-feira, dia 12. Já os R\$ 500 para os professores, serão suficientes para quitar 34% da folha de setembro”.

“O pagamento do restante da folha para boa parte dos servidores na próxima segunda-feira é uma boa

notícia, mas a assembleia do dia 19 vai discutir esses atrasos e parcelamentos. Muitos servidores querem debater essa questão em assembleia e o que for definido pela categoria, será acatado pelo sindicato. Há uma grande insatisfação com a volta dos parcelamentos e certamente nossos servidores terão muito bom senso para tomar a decisão mais acertada”, afirmou a presidente do Sintram, Luciana Santos.

Professores rejeitam proposta do prefeito e greve entra no quarto dia em São Gonçalo do Pará

Categoria denuncia perseguições e diz que contratados estão sofrendo ameaças de demissão

Fotos: Jotha Lee/Sintram



Em assembleia ontem no final da tarde, os professores de São Gonçalo do Pará rejeitaram a proposta do Executivo

Mesmo diante de um clima tenso com denúncias de perseguições e ameaças de demissões de servidores contratados, os professores da rede municipal de ensino de São Gonçalo do Pará decidiram manter a greve da categoria, que reivindica o fim dos parcelamentos salariais e o pagamento dos atrasados. A greve entra no seu quarto dia nesta quinta-feira (8) e a classe promete manter o movimento, mesmo sob forte pressão do Executivo.

Até agora, o prefeito Antônio André Nascimento, o Toninho André (MDB), pagou 51% dos salários de setembro. Na manhã desta quarta-feira (7), após uma reunião com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, e com o dirigente sindical, Eduardo Parreira, o prefeito

apresentou uma contraproposta, que foi amplamente rejeitada pela assembleia dos professores. O prefeito se comprometeu em pagar os 49% restantes da folha de setembro em mais duas parcelas, sendo a primeira no próximo dia 10 e a segunda no dia 30 desse mês. Ainda segundo a proposta apresentada pelo prefeito, os salários de outubro e novembro seriam pagos até 30 de dezembro.

O prefeito também se comprometeu em colocar em prática um plano de contenção de gastos com medidas drásticas, entre elas a demissão imediata de 35 servidores [ele não especificou as funções] e a redução do horário de funcionamento da prefeitura para meio expediente.

No final da tarde, os professores reuniram-se em assembleia no Coreto da Praça da Matriz para apreciar a contraproposta do prefeito. A classe mostrou total desconfiança com a promessa do Executivo e decidiu rejeitar integralmente a proposta. A categoria condicionou a volta ao trabalho ao pagamento integral até esta sexta-feira (9) dos 49% restantes da folha de setembro e da indicação pelo Executivo de novas datas para quitar as folhas de outubro e novembro. A rejeição foi unânime pela assembleia, que teve a participação de mais de 90% dos professores da rede pública municipal de São Gonçalo do Pará.

GREVE CONTINUA

Desde o início da greve, coordenada pelo Sintram e com apoio da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais (NCST), os professores de São Gonçalo estão mantendo a rotina de concentração em frente à prefeitura e manifestações pelas ruas da cidade. Nesta quinta-feira, a classe continua concentrada em frente à prefeitura e às 18h realiza uma grande passeata pela cidade.

A presidente do Sintram, que já esteve nesta manhã em São Gonçalo do Pará, avaliou a continuidade da greve e reafirmou que a decisão será sempre dos servidores. Luciana Santos lembrou que os professores estão enfrentando muitas dificuldades diante dos atrasos no pagamento. “A continuidade da greve foi uma decisão da assembleia, que teve a participação efetiva da categoria. A gente deixa bem claro que todas as decisões são tomadas pela assembleia, ou seja, são os professores quem decidem o destino do movimento. A categoria não se sentiu contemplada com a proposta do prefeito e legitimamente decidiu continuar com a paralisação. De fato essa primeira contraproposta do prefeito está bem longe das reivindicações dos professores, que já estão enfrentando dificuldades diante da falta de pagamento. O Sintram se mantém ao lado dos professores e continuaremos juntos com a classe nessa luta mais do que justa, que apenas reivindica o que é de direito de todo trabalhador”, concluiu.

Senado aprova salário de R\$ 39 mil para ministros do STF



POR PAULO VICTOR CHAGAS

Repórter da Agência Brasil

O Senado aprovou nesta quarta-feira (7) projetos de lei que concedem aumento aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao procurador-geral da República. O reajuste altera o subsídio dos 11 integrantes do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil e provoca um efeito cascata sobre os funcionários do Judiciário, abrindo caminho também para um possível aumento dos vencimentos dos parlamentares e do presidente da República.

A proposta relativa aos membros do STF teve 41 votos favoráveis, 16 contra, e uma abstenção, após os senadores aprovarem, na tarde de ontem (6), a inclusão do texto na Ordem do Dia de hoje. Já o projeto do salário do procurador-geral da República foi aprovado de forma simbólica pelo plenário.

A votação provocou divergências entre os senadores desde o início do dia, depois que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, manifestou "preocupação" com a possibilidade de reajuste. Segundo Bolsonaro, o momento não é adequado para o aumento.

CÂMARA

A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas tramitava no Congresso desde 2016, depois de ter ficado paralisada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Neste ano, o Supremo aprovou um reajuste de 16% no salário dos ministros da Corte a partir de 2019.

Escolhido como relator de plenário, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) alterou o texto para adequar o reajuste, informando que não haverá efeito retroativo para os anos anteriores.

"É importante registrar às senhoras e senhores que existe um compromisso assumido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal de extinguir o auxílio-moradia hoje pago aos membros do Poder Judiciário, anulando assim o impacto orçamentário", afirmou Fernando Bezerra, ao encaminhar voto favorável ao projeto.

REAÇÕES

Antes mesmo da votação, alguns senadores já criticavam a medida. A senadora Regina Sousa (PT-PI),

por exemplo, defendeu que a matéria não entrasse em pauta.

"Eu não acredito que este Senado vá votar a favor disso, porque, ao mesmo tempo em que se quer votar reajuste para quem está no andar de cima, no último andar, há um projeto para adiar o reajuste dos servidores para 2020. Que contradição é essa? Não tem para os servidores, não pode ter para os magistrados também. Sem falar no efeito cascata para os Estados", afirmou Regina Sousa.

Após anunciar o resultado, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), esclareceu que os projetos foram colocados em pauta de forma legítima e transparente. Segundo Eunício, a Procuradoria-Geral da República não vai extrapolar a Emenda do Teto dos Gastos, que limita o aumento das despesas públicas durante 20 anos. Eunício lembrou também que o requerimento de urgência para votação das propostas foi aprovado ontem na presença dos senadores.

Ao defender a aprovação do projeto, o senador Romero Jucá (MDB-RR) disse que o Judiciário é responsável por decidir internamente sobre os gastos. "Estamos votando aqui uma mensagem do Poder Judiciário, que é independente, que tem autonomia orçamentária e financeira."

O ex-presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) lembrou que tramita na Câmara uma proposta de emenda à Constituição que acaba com o efeito cascata sobre os salários dos magistrados federais a cada reajuste dos ministros do STF. "Com a responsabilidade de quem paralisou esse reajuste desde 2016, eu quero dizer que vou ajudar neste momento a não trincar as relações entre os Poderes e dando um crédito de absoluta confiança ao presidente do STF [Dias Tóffoli] de quem eu ouvi que vai acabar com o auxílio-moradia e retirar outros penduricalhos", afirmou.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Relator do projeto na CAE que havia emitido um parecer contrário ao texto, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que a matéria viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição, já que não há dotação orçamentária suficiente para o aumento.

"O cálculo feito pela Consultoria do Senado dá conta de que esta matéria impacta as contas nacionais em

torno de R\$ 6 bilhões. E aí vale perguntar: como fará o estado quebrado e falido do Rio de Janeiro? Como fará o estado quebrado e falido do Rio Grande do Sul e até o de Minas Gerais? Porque existe o efeito cascata. Esse impacto trará aos nossos estados enormes consequências", questionou.

Para Roberto Requião (MDB-PR), o problema está na falta de informações sobre a extensão do reajuste. Ele disse que mandou fazer um levantamento sobre os salários dos juízes e desembargadores do Paraná, estado que tem em torno de 1.150 juízes.

"Seiscentos juízes receberam, em setembro, mais do que R\$ 60 mil. Então, isso desarma esta conversa de que [o reajuste] vai ser diminuído porque liquidarão o auxílio-moradia. O auxílio-moradia é irrisório, são R\$ 4 mil. Quero dizer a vocês que eu sou daqueles que votariam um bom salário, se eu soubesse qual é o bom salário", disse o senador, informando que mais da metade dos tribunais de Justiça dos estados não revelaram ao STF o salário dos seus juízes.

Ministério do Trabalho perde força no governo de Bolsonaro



(Folha de S.Paulo) O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) afirmou, no início da tarde desta quarta-feira (7) que a pasta do Trabalho deve perder o status de ministério e, conseqüente, perder forças, o que significa menos proteção e mais prejuízos para o trabalhador. Bolsonaro afirmou que a pasta deve ser agregada a “algum ministério”. “O ministério do Trabalho vai ser incorporado a algum ministério”, disse Bolsonaro, sem dar mais detalhes sobre a possível incorporação e nem a qual ministério as atribuições da pasta passariam.

Na terça-feira (6), a possibilidade da extinção do ministério já tinha sido ventilada e a assessoria de imprensa divulgou uma nota em defesa da pasta. Segundo reportagem do jornal **Folha de S. Paulo**, a

equipe de transição do presidente eleito estuda “fatiar” atribuições da pasta. Uma das possibilidades é passar a gestão das concessões de benefícios de trabalhadores para o novo Ministério da Economia, que ficará sob o comando do economista Paulo Guedes.

A nota do ministério, divulgada no fim da manhã de ontem, lembra que a pasta completa 88 anos neste mês e afirma que o futuro do trabalho depende de “ambiente institucional adequado”.

“O Ministério do Trabalho, que recebeu profundas melhorias nos últimos meses, é seguramente capaz de coordenar as forças produtivas no melhor caminho a ser trilhado pela Nação Brasileira, na efetivação do comando constitucional de buscar o pleno emprego e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros”, conclui a nota.

Leia a íntegra da nota do Ministério do Trabalho:

“O Ministério do Trabalho, criado com o espírito revolucionário de harmonizar as relações entre capital e trabalho em favor do progresso do Brasil, completa 88 anos de existência no próximo dia 26 de novembro e se mantém desde sempre como a casa materna dos maiores anseios da classe

trabalhadora e do empresariado moderno, que, unidos, buscam o melhor para todos os brasileiros.

O futuro do trabalho e suas múltiplas e complexas relações precisam de um ambiente institucional adequado para a sua compatibilização produtiva, e o Ministério do Trabalho, que recebeu profundas

melhorias nos últimos meses, é seguramente capaz de coordenar as forças produtivas no melhor caminho a ser trilhado pela Nação Brasileira, na efetivação do comando constitucional de buscar o pleno emprego e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.”

Câmara dos Deputados aprova multa para empresa de energia que interromper fornecimento



(Agência Senado) O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (7) o projeto de lei que institui multa a ser paga por empresas concessionárias aos usuários dos serviços de energia elétrica em caso de interrupção no fornecimento. O PLS 209/2015 agora segue para a análise da Câmara dos Deputados.

Do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), a proposta estabelece que, em caso de falha no fornecimento de energia elétrica, a empresa distribuidora ficará sujeita a multa indenizatória que será paga aos usuários finais do sistema “diretamente prejudicados”.

A multa deverá ser aplicada quando for superado o valor limite de indicadores de qualidade do serviço prestado, podendo ser quitada pela forma de crédito na fatura ou em espécie, por prazo não superior a três meses após o período da apuração.

As multas estarão sujeitas a valores mínimo e máximo e não será devida em situações como interrupções de curta duração; interrupção causada por insuficiência técnica no interior da área sob domínio do usuário final; caso de suspensão por inadimplência do consumidor; interrupções programadas pela concessionária ou permissionária de distribuição e interrupções oriundas de atuação de esquemas de alívio de carga solicitado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

De acordo com a proposta, deverão ser implantadas ferramentas que permitam a auditoria dos indicadores de qualidade, independentemente das informações da empresa prestadora do serviço. A implantação desses mecanismos deverá ser iniciada no prazo máximo de 18 meses, a contar da publicação da lei.

DIREITO DO CONSUMIDOR

O relator do PLS em Plenário, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ressaltou a importância da proposta. “Na relação de consumo, o consumidor é a parte hipossuficiente, razão pela qual seus direitos devem ter tratamento diferenciado, inclusive aqueles relativos à indenização por descontinuidades no serviço prestado”, disse.

Ele destacou as contribuições dos colegas Walter Pinheiro (sem partido-BA), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Otto Alencar (PSD-BA) para que o acordo para votação da proposta ocorresse. E elogiou emendas dos senadores Wilder Moraes (DEM-GO), Valdir Raupp (MDB-RO), Otto Alencar e José Agripino (DEM-RN) que foram incorporados ao texto do projeto.

RISCO HIDROLÓGICO

O texto aprovado também trata do chamado risco hidrológico. A legislação atual obriga as usinas a produzirem uma quantidade mínima de energia. Quando o volume gerado fica abaixo do piso, as hidrelétricas devem pagar uma espécie de multa.

Em alguns casos, a queda é provocada por fatores hidrológicos, como a seca. Mas, de acordo com as empresas, em outras situações a produção cai por conta de fatores como a política energética do governo e os atrasos na entrega de linhas de transmissão. O texto aprovado isenta as hidrelétricas de multa quando a causa for considerada “não hidrológica”.

CEMIG

O PLS também trata da controvérsia entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a

União. Em 2017, um leilão do governo federal vendeu a grupos estrangeiros usinas que respondiam por metade da geração da Cemig.

Por decisão da justiça, as usinas permaneceram sob controle da estatal mineira mesmo após o fim da concessão. A União cobra da Cemig valores relativos à energia produzida nesse período. Pelo texto aprovado, o governo federal abre mão desses recursos.

“Destaco aqui a questão do risco hidrológico, o GSF. Destaco aqui a questão da Cemig, para resolver uma espécie de buraco negro que ficou durante o período da desconstrução das usinas hidrelétricas operadas pela Cemig que foram leiloadas. E destaco, por fim, a sugestão da implantação de uma infraestrutura de distribuidora de gás, que foi alvo de intensa negociação e que não permitiu a apreciação dessa matéria na sessão de ontem. Mas, com as sugestões dos parlamentares, conseguimos produzir um texto comum, que atende, portanto, as demandas que estavam colocadas”, disse Fernando Bezerra Coelho.

GASODUTOS

O PLS estabelece ainda a criação do Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e escoamento da Produção (Brasduto), vinculado ao Ministério de Minas e Energia. O objetivo é expandir o sistema de dutos de gás natural para todas as capitais.

O texto aprovado também flexibiliza a renovação de concessões de distribuição de energia elétrica previstas na Lei 12.783, de 2013. O prazo hoje estabelecido por essa lei para apresentação do pedido de prorrogação é de 60 meses antes do fim da concessão. O texto aprovado altera o prazo para 36 meses.